

INTERPRETAÇÃO ECONÔMICA DA INSTABILIDADE POLÍTICA NACIONAL

Orlando M. Carvalho

Vice-Reitor da Universidade de Minas Gerais

Diante de uma roda movida a eletricidade e que era capaz de dar não sei quantas revoluções por minuto, segundo lhe disseram na Exposição Universal de Paris, no fim do século passado, nosso Imperador Pedro II comentou sorridente: “— É um número de revoluções somente comparável com a quantidade delas que anualmente faz qualquer república sul-americana...”

O dito correu mundo e agastou parte da opinião pública da América Latina, porque afinal o velho monarca punha a nú a nota exterior mais característica da instabilidade das instituições republicanas do continente. Mas, pouco esperaram os descontentes para assistir à queda do trono e à entrada do Brasil no côro instável da política continental. A América Portuguesa integrou-se no sistema da América Espanhola e foram ambas suportar as sacudidelas dos ventos das revoluções e das agitações políticas, aparentemente ininteligíveis. Um professor da Universidade inglesa de Durham disse, há pouco, que constituía um enigma insolúvel explicar como o regime republicano era relativamente bem sucedido no norte e relativamente mal sucedido no sul do mesmo continente.

REPÚBLICA E DEMOCRACIA

O Brasil se transformou em República com a deliberada intenção de, com esta, obter a extensão da eleição popular à es-

colha do Chefe do Estado, o que não era possível no Império, porque o Imperador não precisava de eleição para assumir o cargo, no caso de vaga. Havia a pretensão de ampliar a democracia e de dar ao povo oportunidade de participar na escolha do governante. Há Estados, onde o rei continua a existir e há democracia, sem haver, portanto, República; mas, no Brasil, o povo considerou que só poderia estender a democracia se tivesse a República e a razão deste pensamento foi que, nos Estados onde há rei e democracia, o rei não intervém nos negócios da coletividade, enquanto no Brasil a atuação do Imperador era muito grande, pois a sua figura constituía a chave da organização política do Império, segundo a própria Constituição. Daí que o movimento democrático se encontrasse intimamente ligado à propaganda republicana. As duas correntes de opinião se uniram na prática e hoje pensamos regime democrático como diretamente associado a República. Eis o motivo pelo qual a atual Constituição declara expressamente que, sob regime democrático, deseja manter a República.

Para nós, a existência da República tem importante significação, porque associamos a essa forma de governo a vitória da democracia. Mas, na realidade, a contraposição entre monarquia e república perdeu a sua atualidade. Além disso, por mais que se conheçam teoricamente as condições necessárias à existência de cada uma dessas formas de governo, não se pode de antemão decidir como um povo deva organizar-se, se em monarquia, ou em república. Tanto uma como outra têm vantagens e desvantagens e ao temperamento do povo é que cabe fixar sob que governo viverá melhor. O povo brasileiro, por seus representantes, continuou a optar pela república e pos nisso tanto empenho que proibiu o congresso nacional de discutir qualquer projeto de lei que tenha por objetivo abolí-la.

DEMOCRACIA CONSERVADORA E LIBERAL

Assim, a instauração da República trouxe como fundamento a democracia e a democracia de então era baseada no conceito de liberdade, sendo, portanto, democracia política liberal. Era essa a fórmula democrática do século XIX, que herdamos no século XX, e procuramos aplicar, pelo menos no princípio da República.

A ação política democrática guiava-se pelo pensamento positivista, que, ao findar o século XIX, dominou a geração dos propagandistas. De um lado, as idéias de Augusto Comte pendiam para a manutenção da estrutura social vigente, oligárquica e latifundiária, dando ao Brasil a feição econômica de país agrário monocultor. Essa corrente favoreceu os movimentos autoritários, no curso do século atual e ofereceu o termo com que se caracterizou a ditadura de Vargas: sociocrácia. De outro lado, o sistema sociológico de Herbert Spencer provocou o pensamento radical, que pregava a reforma e o progresso, estimulando os esforços de reorganização social e econômica, dentro de bases democráticas.

A essas direções veio juntar-se pouco mais tarde novo ingrediente importado da Europa para o xarope dos políticos, consubstanciado nas pesquisas de sociologia política dos antropologistas, segundo as quais a mestiçagem era indício de inferioridade racial e os povos mestiços, como o nosso, estavam fadados a um triste destino no quadro das raças puras do mundo ocidental. O conceito depreciativo de miscigenação veio corroborar o pessimismo dos pensadores e estadistas quanto à capacidade cívica da massa brasileira, fortalecendo, por outro lado, a política de resguardo das oligarquias brancas supostamente puras, únicos núcleos considerados moralmente capazes de manter aceso o facho eterno da civilização.

CARACTERÍSTICAS DO PENSAMENTO DEMOCRÁTICO REPUBLICANO

Podemos assentar como princípio da democracia republicana brasileira no século XX o conceito de liberdade, herdado dos positivistas do século passado, ao qual se vem lentamente injetando conteúdo econômico, no sentido da igualdade. Em consequência dessa evolução, o predomínio inicial da democracia conservadora comteana, associada ao conservantismo, ao militarismo e à aristocracia latifundiária, é, aos poucos superado pelos radicais, sob cuja liderança se esboçam reformas sociais, se organiza um medíocre proletariado urbano e industrial e sobretudo se fortalece uma nova plutocracia capitalista da indústria e do comércio, por vezes misturada à tradicional

oligarquia latifundiária, por vezes fronteira a ela e sobrepujando-a.

Se de longe e do alto foi possível encontrar o denominador comum do pensamento democrático dos últimos cinquenta anos, na prática política e no exame da obra dos estadistas sobrenada uma permanente divergência a respeito dos princípios fundamentais. De fato, todos se dizem democratas, inclusive os do período em que não tivemos república, nem democracia. Em determinado momento da vida brasileira, não se consegue fixar bases para um conceito comum de democracia, podendo-se verificar que, a cada alteração ou experiência da Europa ou da América do Norte, corresponde um surto imitativo nacional. Um único tema inspira a todos, em verdade — o de que o Estado visa ao homem bom por natureza. As teorias optimistas da natureza humana correspondem ao nosso temperamento e as tendências de imitação encontram-se, por isso mesmo, em crise, diante da onda de pessimismo que invadiu o pensamento ocidental contemporâneo. Não é de estranhar, pois, que o atual presidente da República, querendo externar mais uma vez a sua fé verbal na democracia, procure um modelo afirmativo na Europa e suponha encontrá-lo no "welfare State". Este, porém, não é uma forma de organização, mas uma técnica de ação estatal, compatível com vários regimes, desde que o Estado consiga modificar o jogo normal das forças econômicas, de modo a obter uma distribuição mais equitativa da renda, *garantindo* ao indivíduo uma renda mínima independentemente do valor de mercado de seu trabalho e de sua propriedade.

Da impossibilidade de acôrdo a respeito dos princípios fundamentais resulta a diversidade de tipos democráticos que se intenta realizar, uns após os outros, propiciando a instabilidade política característica de nosso país, nos últimos cinquenta anos.

BRYCE TERIA RAZÃO?

Pode-se partir daí para ver porque é difícil encontrar na República um período longo de govêrno ordeiro e estável. Constitui exceção mencionada com gáudio nos tratados a presença de administração contínua dos negócios exteriores, através de

vários governos, no princípio do século. A regra tem sido considerar o antecessor como inimigo e o governo como campo de batalha.

Até a Primeira Grande Guerra, dois pensadores políticos de relêvo, dentre outros, procuraram firmar a tese de nossa relativa incapacidade, numa tentativa de ressuscitar o pensamento de Bolívar. Para Garcia Calderon, a única esperança de estabilidade entre nós repousaria na instauração do governo de concentração de poderes nas mãos do presidente, controlado por uma espécie de senado vitalício. Lorde Bryce, para quem o Brasil do interior, em 1920, era “quase por tôda parte a floresta indefinida, na qual se acocoram aqui e acolá, à margem dos grandes rios, algumas cidades habitadas sobretudo por índios”, concluía o seu exame patológico por um conselho: “Não deis a um povo instituições para as quais não esteja maduro, na ingenua crença de que o instrumento dará ao operário habilidade manual necessária para ser bem usado. Respeitai os fatos. Em cada país, o homem não é o que quereríamos que fôsse, mas o que dêle fazem a natureza e a história”.

O julgamento severo de Lorde Bryce não levou em conta a situação exata de nossa gente. A única atmosfera política perene na América Latina é a que tem por base a democracia, pois as populações estão convencidas de sua natural adequação ao regime. Por isso, qualquer estadista só programa os seus planos, de boa ou de má fé, nos quadros democráticos, o que leva o observador menos avisado a julgar como democracia qualquer aventura política individual. Além do mais, há uma escala de aperfeiçoamento que também aqui se verifica. Cada autor que estudou a vida pública continental nela encontrou regimes democráticos em pleno florescimento, ora aqui, ora alí. Há Estados que já entraram no quadro de honra e dêle saíram, com o correr dos anos, e o nosso se inclui nêsse tráfego de méritos. Se Bryce, em 1920, nos dava distinção, Mac Donald, em 1949, teve dúvidas em selecionar o Brasil entre os favoritos.

ESFÓRÇO REPUBLICANO PARA A DEMOCRACIA

O que se pode afirmar é que houve positivo avanço social na direção da democracia. Nas primeiras décadas republicanas,

o poder civil lutou tenazmente para readquirir prestígio e posições, conseguindo-o afinal. Já foi uma conquista sobre a tradição latino-americana, onde o traço personalista deixou profunda impressão na intervenção de tenentes e generais nos negócios da república. É certo que condições econômicas favoráveis até 1914 facilitaram a consolidação das instituições. Desde o século XIX, havia uma economia de âmbito mundial que permitia a individuação das sociedades em bases mais ou menos sólidas. A liberdade de comércio, arrastando a abertura de mercados externos, refletia-se de algum modo sobre os mercados internos, aumentando a renda dos consumidores nacionais; a liberdade de imigração permitiu o alargamento rápido da capacidade produtora do país, ao mesmo tempo que, com o braço estrangeiro, trouxe o germe de novas relações contratuais entre o patrão e o trabalhador; e, finalmente, o fluxo de capitais estrangeiros possibilitou a expansão industrial e a criação de novas fontes de força econômica e política, a influírem decisivamente sobre os destinos do país. Nesse período, a paz econômica deu aso ao enriquecimento do conteúdo econômico da democracia na prática da política brasileira, embora não se alcançasse nível favorável a uma perfeita democracia.

Mas, a partir de 1920, acentua-se a baixa de preços de matérias primas e nossos gêneros de exportação não nos dão margem de lucro compensador. O fluxo de capitais torna-se irregular. A estabilidade econômica, que havia, de certo modo, concorrido para a melhoria das instituições civis, sofreu sérios abalos, culminados em 1930-1933, quando se registra sensível queda de exportações. Esse ondulado jogo econômico pode ter levado os observadores a conclusões incompletas em relação à instabilidade política, o que exculpa Lorde Bryce e justifica o seu conselho.

Sáimos do Império para a República com uma estrutura econômica profundamente influida por reminiscências de instituições feudais e semi-feudais. Enquanto, no correr do século XIX, os países europeus, através da revolução industrial, rompiam esses laços feudais para substituí-los por relações contratuais, em países como o nosso, a industrialização incipiente serviu apenas e paradoxalmente para acentuar esses laços de dependência pessoal, com a conseqüente repercussão política: o

governo continuou na mão de poucos, constituindo-se uma oligarquia de sólidas características federais, isto é, o poder concentrou-se nas populações adensadas de certas regiões do sul do país, nas quais chefes representativos dos latifundiários e incipientes capitães da indústria determinavam as linhas gerais da política nacional. Os líderes republicanos encontraram essa estrutura e tentaram estender os privilégios políticos a maior número de pessoas, através de um esforço de educação popular, de reforma da legislação eleitoral, de organização federal e de uma redistribuição das rendas entre as várias esferas de governo. Era a República procurando realizar-se e consolidar-se na democracia.

AS CONDIÇÕES GEOGRÁFICAS

Fatos precisos concorrem para retardar o desenvolvimento da consciência democrática entre nós. A própria configuração geográfica serviu de quadro natural para a instituição de satrapias regionais, porque o Estado não dispunha de instrumentos capazes de abreviar as distâncias e intensificar as comunicações entre os vários núcleos de população. Isolados entre si, desenvolveram êles o espírito localista, que a fatalidade política personalizou em chefes regionais irredutíveis e decisivos para a condução da vida pública nacional. Fechados nos seus núcleos, os chefes situacionistas eram partidários da conservação do *statu quo*, enquanto lhes fôsse dado o *contrôle* das posições. O fato sociológico, encarado unilateralmente pelos estadistas autoritários — uma vez que não perceberam ao lado do chefe situacionista a realidade da oposição municipal ou estadual — justificou o estabelecimento do processo de escolha do presidente da República pela carta de 1937: os chefes locais, reunidos com as câmaras municipais, constituíam a camada básica de autócratas, escolhendo os chefes regionais e, com êstes, o presidente da República. O isolamento geográfico forjaria assim a pirâmide da caudilhagem, encimada pelo chefe da nação. Esta construção incompleta da autoridade política serviu de base a um sistema sociológico, com curiosas repercussões na ciência política estrangeira. Pois, o prof. Tannenbaum, da Universidade de Columbia, afirmou recentemente que a unidade política entre nós não é o indivíduo, como na democracia anglo-saxã,

nem o Estado, como na doutrina nacional-socialista, mas o chefe do clã local — o fazendeiro. O prestígio se desloca então para o chefe do pequeno grupo de agregados, parentes e amigos, cuja palavra é cegamente obedecida.

AÇÃO PRECÁRIA DO ESTADO

A população assim espalhada e rala apresenta outro motivo de retardamento, porque dificulta a ação educacional para a democracia. Os cálculos variam, mas estima-se entre 45% e 65% do total a população analfabeta do Brasil. Se o índice é elevado, um dos mais altos do continente, há circunstâncias atenuantes que devem ser mencionadas e que se relacionam com o isolamento geográfico dos habitantes. O Estado procura assistir o povo com a instrução mas há um índice médio da praticabilidade dessa assistência. Em Minas, por exemplo, fixou-se o critério de criar-se uma classe onde houver matrícula de 50 crianças em idade escolar, residentes num raio de 3 quilômetros da escola. Ora, levantada a localização de todos os prédios no território do Estado, em inquérito modelar, apurou-se, em 1948, que cêrca de 350.000 crianças estavam fora do alcance da ação dos poderes públicos. Quer dizer, o Estado no Brasil está organizado de forma precária e insuficiente e aos estadistas cabe a missão primordial de dar-lhe eficiência e penetração. Depois disso e demonstrada a sua inaptidão, é que lhes tocaria a tarefa de reformá-lo.

O exame do pormenor, neste mesmo setor de educação, dar-nos-ia mais uma perspectiva para julgamento da administração e dos dirigentes. Se há a preocupação de industrializar o país, pode ser prevista a consequência da concentração urbana e, como se sabe, nos primeiros períodos dessa fase, dá-se o rápido crescimento das cidades, cujos índices de mortalidade só tardiamente entram em ritmo proporcional ao de natalidade. Pois bem, o Estado brasileiro está se revelando incompetente para planejar tais decorrências da industrialização, porque, só em São Paulo, há perto de 40.000 crianças que não encontram escola para frequentar.

O aparelhamento burocrático não domina as consequências de seus atos e, como Saturno, apesar de devorar metódicamente

as suas próprias gestações, um dia encontrará Jupiter pela frente.

A NATUREZA DAS ELEIÇÕES

Êstes fatores, entre outros, permitem compreender a natureza das eleições brasileiras. Disperso e atrasado, o eleitorado fica na dependência do transporte e do chefe local. Em inquérito feito em Minas, verificou-se que o transporte e o aquartelamento dos eleitores são decisivos para os resultados dos pleitos e absorvem de 60% a 80% dos fundos dos partidos locais. Durante as primeiras décadas republicanas, os partidos se organizaram em função de grupos regionais e a legislação eleitoral facilitava a perpetração de fraudes elementares, que desvirtuavam o sentido do voto, como participação sincera do eleitorado na formação dos órgãos fundamentais do govêrno. Lentamente se aperfeiçoou a técnica da votação e os dirigentes procuraram cercar o eleitor de garantias, introduzindo o voto secreto, estendendo-o às mulheres, instituindo a justiça eleitoral independente e criando outros meios e modos de assegurar a expressão da vontade popular. A transição ter-se-ia processado mais rapidamente para os partidos nacionais, que são uma decorrência da unidade do povo, da unidade econômica e da experiência coletiva nacional, se não houvesse o hiato da ditadura. Nêsse período ressurgiu o personalismo em sua mais nua intensidade, acompanhado de tôdas as sequelas tradicionais. O poder político deslocou-se do povo para os cargos públicos e a tendência generalizada foi a de transformar a direção administrativa em chefia carismática dos administrados. A partir de 1945, com a instituição dos partidos de âmbito nacional, entramos em nova fase de desenvolvimento político e pode-se crer que as agremiações resistiram às vicissitudes, inclusive ao grande choque das eleições simultâneas, uma das mais difíceis experiências nacionais em matéria eleitoral. Apresentam, é certo, defeitos e entraves. Em Estados federais, como o nosso, a extensão geográfica estimula o localismo, que encontra guarida na Constituição, quando nela se fixa a competência dos Estados-membros e dos Municípios, de forma que os atuais partidos ainda se parecem com federações frouxas, sujeitas à pressão de interêsses regionais. Por outro lado, os partidos nacionais

esposam filosofia praticamente idêntica e têm programas a cujo cumprimento não se aferram, mas o fato tem a sua explicação. Realmente, o núcleo partidário efetivo é diminuto. Os chamados membros ativos dos partidos são significativa minoria em relação ao número de legendas apuradas em cada eleição. O restante dos eleitores do partido é constituído pela massa flutuante. Ora, nenhum partido se empenhará em um programa radical para não afastar a contribuição desse grupo decisivo. Também é necessário observar que os programas devem ater-se às limitações constitucionais, pois o partido que pregar reformas e sugerir medidas radicais e fôr vitorioso nas urnas, terá de reformar primeiro a Constituição, para depois realizar as suas promessas. Um partido brasileiro, mesmo obtendo sucesso, não é o senhor do Estado, como um partido britânico, que poderá executar o seu programa, ainda que revolucionário, pelo simples fato de ser a maioria parlamentar.

FATORES ECONÔMICOS DA INSTABILIDADE POLÍTICA

Ao lado dos fatos e fôrças de caráter sociológico que viemos analisando, há certos fenômenos peculiares à estrutura brasileira, cuja constância repercute de modo real na organização política. Não nos alinhamos entre os que consideram o fato econômico como determinante exclusivo da superestrutura política; mas, nos estudos de ciência política contemporânea, não se pode deixar de levar em conta o processo econômico. A organização econômica é fator, cuja forma tem necessária influência sobre a do Estado. Se o movel econômico é suficientemente forte, a instituição política é obrigada a respeitar o seu processo. O estudo da economia brasileira permite-nos esclarecer alguns problemas da organização política, deitando nova luz sobre o sentido de nossa instabilidade.

Em primeiro lugar, a forma da propriedade rural e de sua exploração constituem fecundo elemento de compreensão da vida brasileira. Desde o começo da colonização, a amplitude do território despovoado leva as administrações a considerar a grande propriedade como normal. Assim viemos da Colônia para o Império e assim nos encontramos na República, favorecendo a existência de uma classe latifundiária detentora de poderosa fôrça social. Ainda em 1945 a sua fôrça se mantinha no mes-

mo estado, pois, para exemplificar, verificamos na ata de fundação da secção mineira do Partido Social Democrático que à convenção inicial compareceram 6.719 representantes de tôdas as classes, mas os fazendeiros eram 34% do total, enquanto os comerciantes não passavam de 18% e os industriais, de 5%. Embora haja a tendência para o fracionamento da propriedade rural, sobretudo em consequência da aplicação do critério legal de transferência do domínio *mortis causa*, em 1920, 17% dos proprietários possuíam 85% de tôda a área de fazendas do Brasil, e 2,1% dos proprietários detinham em suas mãos 52,6% do total das terras. Pode-se ter uma idéia da concentração da propriedade, comparando-se êsses dados com os de 1935 para os EE. UU., onde 2% dos proprietários possuíam 16% das terras.

Apesar dessa concentração, a população que trabalha está em massa na agricultura, pois, em 1940, 68% dos trabalhadores se ocupavam em atividades agrícolas, dando ao Brasil uma percentagem de distribuição ocupacional semelhante à da Índia e dos Balcãs ou dos EE. UU. de 1850.

A forma da propriedade rural gerou a figura do grande fazendeiro, que se enobreceu no Império, foi oficial da Guarda Nacional na República Velha e continuou a participar nos conselhos políticos com poderoso contingente eleitoral. Conservador, permanece protegido das reformas agrárias radicais, principalmente porque, no Brasil, não há o incentivo nacionalista, que estimula o movimento reformista na Europa, em países onde os proprietários são frequentemente os descendentes de raças dominadoras do respectivo território. A reforma agrária é, nêsses Estados, uma reivindicação de vencidos e aqui se destinaria praticamente a elevar o padrão de vida das populações rurais, o que é um pouco vago para entusiasmar os oradores do inconformismo.

As influências econômicas do século XIX geraram também condições peculiares que herdamos do Império. A harmonia do comércio internacional até 1914 permitiu, com o ambiente de segurança das trocas, a especialização de produção. Os países industriais concentraram-se na produção de artigos manufaturados para o mundo inteiro e os países menos desenvolvidos, onde a agricultura podia prosperar rapidamente, como o Bra-

sil, adaptaram-se à monocultura, transformando-se em fornecedores de gêneros alimentícios e de matérias primas. Nosso país intensificou a produção do café, fazendo uma repetição da experiência histórica do açúcar.

Até às primeiras manifestações de depressão econômica, após a Primeira Grande Guerra, o sistema funcionou regularmente. Mas, surgida a crise, o Brasil sofreu sensíveis abalos em sua estrutura econômica, com reflexos na organização política e social. Enquanto teve vigência o tipo de economia de âmbito mundial acima descrito, houve estabilidade econômica e consequente tranquilidade política. Os governos civis da República atiravam a consolidação das instituições. Lançada a crise e fechado o comércio internacional, passamos a sofrer de intermitentes dificuldades econômicas e os quadros legais não comportaram mais a pressão social, estalando sob o peso das revoluções de 1930 e 1932.

A ação dessas instituições econômicas explica, pelo menos em parte, a pobreza republicana, herança de longa tradição nacional. A propriedade muito concentrada gera o monopólio da riqueza e acentua a desigualdade social. Aliás, esse fenômeno se verifica com regularidade na América Latina, onde normalmente não há uma escala social de riquezas: há um grupo que auferir rendas e um grupo paupérrimo. A distribuição da renda nacional em 1944 mostra-nos que, em 12.600.000 indivíduos que receberam dinheiro pelo exercício de atividades econômicas, 71% pertenciam à agricultura e sua renda global não alcançou 30% do total; enquanto apenas 2,5% pagaram imposto de renda, montando as entradas desse grupo a 30% do mesmo total. Quer dizer, os 9.000.000 de empregados em atividades ligadas à agricultura ganharam tanto quanto os 300.000 pagantes do imposto de renda e, se estudarmos a renda no último grupo, aí encontraremos o mesmo esquema anterior de distribuição em dois únicos níveis de ganhos individuais, um muito alto e outro muito baixo, escada com dois degraus somente.

A desigualdade social resultante dessa situação real constitui fator de importância para a explicação da instabilidade política, porque os grupos inferiores estão facilmente predispostos a uma ação reivindicatória. Estatísticas paulistas recentes referem que o operário brasileiro deve despende 58% do

que recebe com a alimentação e, mesmo assim, essa alimentação não é satisfatória, por não fornecer o mínimo de calorias necessárias à despesa energética do trabalho. Os americanos do norte, que apreciam o exame pragmático dos problemas políticos, adotando um estilo de provas pouco comum neste lado do hemisfério, fizeram várias medidas do número mínimo de calorias diárias que um democrata precisa de ingerir para continuar democrata e chegaram à conclusão de que, na Europa, foi sempre possível considerar como frágil o estado da democracia toda vez que a alimentação de muitas pessoas da área observada ficou reduzida a 1.000 ou menor número de calorias diárias.

Esta consideração prosaica nos entreabre, embora de relance, outro problema ético da maior gravidade. O melhor governo, como observava Aristóteles, é aquele cuja constituição é tal que todo cidadão possa viver virtuoso e feliz. Mas, a vida perfeita, por outro lado, é a que junta à virtude bens exteriores em número suficiente para poder fazer o que a virtude ordena. Isto é, um padrão de vida excessivamente baixo não propiciará a prática da virtude necessária ao bom cidadão. Por isso, não podemos aceitar a solução russa de nivelamento na miséria, porque seria instituir a instabilidade como regime político. Neste sentido, a técnica do "welfare State" é mais humana, porque procura *garantir* a cada cidadão um elevado padrão mínimo de vida.

PROGNÓSTICOS DE MELHORIA

Na rápida análise anterior, foi possível salientar os fatores sociais, políticos e econômicos que atuam para diminuir a marcha da integração do povo brasileiro em um regime de ordem e de estabilidade. Essas forças que militam também contra o aperfeiçoamento democrático, em seu sentido ocidental, são o analfabetismo, a natureza das eleições, a condição dos partidos, as relações do governo com os militares, a dispersão geográfica, o sistema de propriedade e de exploração da terra, a monocultura, o baixo padrão de vida, os investimentos estrangeiros e a preparação insuficiente do aparelho burocrático.

São um conjunto de elementos de força variável e de atuação intermitente. A sua enumeração, entretanto, coincide com

as conclusões gerais dos grandes inquéritos contemporâneos das missões econômicas internacionais nas áreas menos desenvolvidas da Europa e do Oriente Médio, às quais se procura auxiliar para alcançarem racional melhoria econômica e consequente estabilidade política. O estudo do Iraque, Jordão, Líbano e Síria demonstrou que a sua estrutura social e econômica é geralmente caracterizada por alto grau de concentração da propriedade da terra, extenso analfabetismo, predomínio absoluto das atividades agrícolas, evidente diferença entre os padrões de vida dos ricos e o dos pobres, assim como pequeno tamanho do grupo de renda média, de onde usualmente as democracias ocidentais tiram os seus profissionais e elementos técnicos especializados, assim como os líderes nas empresas e na vida pública.

O problema comum dessa área e do Brasil é o de promover o crescimento e a maturidade econômicos, de forma a integrar os respectivos povos em sistemas de organização social e política capaz de lhes oferecer garantia de vida tranquila e feliz. Para tanto, os prognósticos que se apresentam partem da consideração realista de que é necessário iniciar por modesto começo, pois o crescimento econômico não é o resultado apenas de desejos e aspirações, mas o coroamento de uma larga e longa aplicação de capacidade e habilidade no aproveitamento dos recursos naturais do país. Os povos economicamente desenvolvidos do mundo moderno chegaram a tal grau de maturidade depois de concentrarem nêsse objetivo elevado coeficiente de estudos, de imaginação, de treinamento das novas gerações, de emprêgo constante de capitais nas emprêsas públicas e privadas e, se desejarem manter o alto padrão de vida de que hoje desfrutam, têm de continuar com o mesmo esforço e a mesma tenacidade em dominar os recursos físicos do país.

NÓ GÓRDIO PARA OS ESTADISTAS REPUBLICANOS

As condições peculiares da vida brasileira, segundo a evolução dos decênios de República e de democracia, põem para os estadistas que quizerem sinceramente continuar a obra que inspirou a geração de propagandistas e seus primeiros dirigentes civis, uma série de problemas cruciantes e inevitáveis. A aspi-

ração do povo não é viver apenas democraticamente, mas viver em regime de estabilidade e de ordem, protegido das necessidades econômicas de carácter imediato. A forma de organização ideal para atingir tais fins é, no momento, a democracia e dizemos no momento, porque acreditamos na perfetibilidade da espécie humana e consideramos a democracia como forma superável de organização. Mas, no estágio atual do desenvolvimento da consciência política, a democracia resume as melhores conquistas políticas do espírito civilizado e poderá servir aos fins que o povo brasileiro aspira atingir em sua vida pública. Além disso, enquanto outros povos se conformam com o sacrifício de suas prerrogativas de participação consciente nas atividades estatais, o povo brasileiro manifesta natural adequação à vida democrática, que tem por base a tolerância e a boa índole de nossa gente. Há como que uma imunidade natural contra a tirania e o espírito de independência intelectual se acentua cada vez nos grupos diretores, formando mais uma resistência aos esforços autoritários dos aventureiros. Assim, os estadistas republicanos terão a democracia como moldura política de suas idéias e é dentro dessa moldura que terão de tentar as soluções dos problemas do crescimento econômico da massa brasileira.

O mais difícil e o mais fecundo em consequência é o da industrialização. Nêle fazem pião os demais requisitos de melhoria, como reforma agrária, a diversificação de produção e a consequente elevação de padrão de vida das populações.

Os dirigentes brasileiros enveredaram o país na senda da industrialização em condições aventureiras. Povo de baixa renda e sobretudo de rendas concentradas, não teve capitais poupados para empregar nos novos investimentos. O Estado veio em auxílio desses empreendimentos, transformando-se em capitalista de sua própria industrialização. Ora, a industrialização a toque de caixa de países pobres, a esta altura do ciclo econômico mundial, envolve consequências políticas surpreendentes. Nações economicamente poderosas, como os EE. UU. e a Inglaterra, prosseguem o seu ritmo de renovação industrial ininterruptamente e com o maior esforço, porque essa é a condição essencial de manutenção do padrão de vida hoje alcançado por seus trabalhadores. Nessa obra contínua, empregam de 7% a 10% da renda nacional, porque a economia da nação não aguenta

maior quota de imobilização de capitais em equipamentos industriais. O Brasil, que tem empregado até 27% de sua renda nacional nesta fase inicial de industrialização, poderá criar sérias intranquilidades sociais com política tão arrojada, pois a renda nacional não comporta desfalque de tal monta, sem decréscimo do poder de consumo da massa maior de assalariados. As reivindicações e exigências do operariado são as mesmas, quer nos velhos, quer nos países de industrialização recente ou em andamento; mas, nos primeiros, houve tempo e treinamento para construir um poderoso parque industrial antes de se criarem os grandes movimentos proletários, ou melhor, foi em consequência desses grandes parques que surgiram problemas de proletariado industrial, enquanto que, nos segundos, o parque e os problemas surgem simultaneamente.

Além disso, a industrialização não pode ser considerada apenas como um fenômeno de enriquecimento econômico, porque apresenta imediatas repercussões sobre a organização política. Segundo Spiegel, há imperiosa necessidade de, paralelamente a ela, ser promovida a extensão da democracia, o aumento do poder aquisitivo da massa, a dispersão da renda, o aperfeiçoamento da assistência educacional e sanitária, a organização sindical, os acordos coletivos de trabalho, a manutenção das liberdades individuais e do regime da lei. Países de estrutura social e econômica ao feitio da nossa e que fizeram esforços de industrialização em ambiente fortemente influenciado por forças e reminiscências de instituições feudais ou semif feudais, sem as centelhas que a experiência histórica recomendava — e é o caso da Rússia czarista, da Alemanha e do Japão — encaminharam-se paulatinamente para uma época de tensões e de instabilidade política de danosas consequências.

Este é o nó górdio que os anos de instabilidade política nacional depõem das mãos dos estadistas republicanos de 1954.